

Os Fundamentos da Contabilidade

Duarte Trigueiros

Faculdade de Economia
Universidade do Algarve

Dear Sir,

While marching from Portugal to a position which commands the approach to Madrid and the French forces, my officers have been diligently complying with your requests. We have enumerated our saddles, bridles, tents and tent poles, and all manner of sundry items for which His Majesty's government holds me accountable. Under these circumstances, I would like to be informed as to which of the following two alternative duties I should concentrate on, for I declare that I cannot do both: 1. shall I train an army of uniformed British clerks in Spain for the benefit of the accountants and copyboys in London or, perchance, 2. to see to it that the forces of Napoleon are driven out of Spain.

Your most obedient servant,

Wellington.

(Agosto de 1812)

Índice

1	O que é a Contabilidade	3
1.1	Uma Primeira Aproximação	3
1.2	Fins e Destinatários da Contabilidade	8
1.3	O Relatório Contabilístico	11
1.4	A Informação Contabilística	15
1.5	Os Motores da Contabilidade	18
1.6	Princípios Contabilísticos	24
1.7	Distorções da Contabilidade	27
2	Referências	37
2.1	Livros de Texto	37
2.2	Livros de Apoio	38
2.3	Livros de Divulgação	39
2.4	Artigos	39

Capítulo 1

O que é a Contabilidade

Para o observador superficial o trabalho do contabilista pouco tem de excitante, resumindo-se a uma aplicação quase automática de regras. Nada mais pacífico e rotineiro do que a profissão de guarda-livros. Porém, uma observação mais aprofundada leva a uma série de constatações surpreendentes. Em primeiro lugar, o exercício da Contabilidade requer a aplicação de princípios teóricos específicos, alguns deles ainda objecto de debate. É aliás a esta raiz conceptual que a Contabilidade deve o seu estatuto de Ciência. Em segundo lugar a Contabilidade interfere na vida das pessoas, das empresas e das comunidades, a tal ponto e com tal intensidade que qualquer modificação nas suas regras suscita com frequência reacções apaixonadas. Por último, a Contabilidade é um instrumento de outras ciências, incapaz de se justificar sem ser através das suas múltiplas ligações com esses ramos do saber. Assim, a Contabilidade acaba por estar na raiz de muitas discussões actuais em áreas como Economia Financeira, Gestão, Política e Economia Política.

O que é realmente fascinante na Contabilidade é o contraste entre a dificuldade dos problemas que é chamada a resolver ou a imaturidade com que ainda se enfrenta e a enorme importância que ganhou. O objectivo deste capítulo é mostrar a Contabilidade tal como é, em profundidade, focando a atenção do leitor nos problemas que esta ciência procura solucionar e nas relações com a Economia e outras ciências.

1.1 Uma Primeira Aproximação

Esta secção oferece uma introdução à Contabilidade Financeira, geralmente chamada Contabilidade. Certas destrezas de Gestão como a Contabilidade

Orçamental ou a Contabilidade de Custos, também utilizam a palavra ‘contabilidade’ nas suas designações mas não suscitam questões de maior complexidade e abrangência. É apenas da Contabilidade em si que se irá tratar.

A Contabilidade é inventariação: A Contabilidade é a arte de contar e basta possuir para se precisar de contar. Recorrendo a um exemplo bucólico e simples, todos ouvimos narrar como, ao chegar a hora de regressar a casa, o pastor conta as suas ovelhas para ver se falta alguma; caso possua cabras, ele irá contar separadamente umas e outras. O encarregado de uma loja ou armazem também precisa, uma vez por ano, de contar cada tipo de mercadoria ou material existente para ver se coincide com o saldo previsto. Chama-se ‘inventariar as existências’ a este trabalho.

No caso da Contabilidade, ‘contar’ deve ser entendido como ‘somar’ pois aquilo que o contabilista inventaria não é tanto quantidades mas mais o **valor em dinheiro** das **transacções** decorrentes do funcionamento de um negócio.

Qualquer negócio que esteja a funcionar produz diferentes tipos de transacções. Vejamos algumas das mais típicas:

- a venda de mercadorias ou produtos é um tipo de transacção,
- a compra de matéria-prima ou compras a fornecedores de mercadorias é outro tipo de transacção, diferente da venda;
- a entrada e saída de armazem,
- uma ou outra compra de maquinaria, terrenos ou viaturas,
- o pagamento de compras efectuadas,
- o recebimento referente a vendas já concretizadas,
- um adiantamento sobre vendas,
- a amortização no valor de uma viatura,

são tudo tipos diferentes de transacção. A Contabilidade classifica cada transacção como pertencendo a um dado tipo. O objectivo é tornar possível, ao chegar a altura própria, a inventariação de cada tipo de transacção separadamente.

Para o contabilista, inventariar consiste portanto nas seguintes **tarefas**:

1. **Reconhecer** cada transacção como pertencendo a um dado tipo. A compra, por exemplo, é diferente do respectivo pagamento; por sua vez, comprar mercadorias para vender é diferente de comprar a estante onde ficarão expostas essas mercadorias. Veremos que, embora na maioria dos casos o reconhecimento das transacções não seja uma actividade difícil, existem situações importantes onde esta actividade exige do contabilista uma boa dose de experiência e rectidão.
2. **Medir** e depois somar separadamente todas as transacções de cada tipo, durante o período em causa. A medição em termos económicos (valor) terá que ser expressa sempre nas mesmas unidades, com o fim de **permitir a comparação** entre os totais por tipos, do mesmo tipo em períodos diferentes ou mesmo entre negócios diferentes. Daí a necessidade de usar unidades monetárias (dinheiro) para proceder a esta medição. Como se verá, há também casos em que é complicado ou difícil medir.

No fim do processo de inventariação, o contabilista fica a saber quanto foi vendido nesse ano, quanto dinheiro custaram essas vendas, quanto dinheiro foi já recebido e quanto falta ainda receber das vendas, qual o valor das mercadorias e materiais em armazem, qual o valor dos bens imóveis da empresa (terrenos, prédios, viaturas, maquinaria) e muitos outros dados importantes.

De posse destes dados, torna-se depois possível estimar de forma aproximada quanto a empresa possui e quanto ganhou ou perdeu no período em causa. Aquilo que leva as empresas a inventariarem as transacções que ocorrem ao longo do ano é obviamente a necessidade de conhecerem qual o resultado a que a actividade desse período levou e qual situação económica em que se encontra o negócio no fim do período.

Mas a Contabilidade não é só inventariação: É certo que o significado da palavra ‘contabilidade’ refere-se apenas a duas das tarefas do contabilista, a de reconhecer e medir, sempre em termos económicos (valor, não quantidade) os bens e as obrigações de uma empresa ou negócio, os seus proveitos e custos num dado período. Porém, para além destas duas tarefas, o contabilista leva a cabo outras actividades relevantes. Assim, compete ao contabilista preparar, obedecendo a princípios e regras aceites por todas as partes envolvidas, **relatórios** onde se evidenciam os resultados obtidos pelo negócio durante esse ano, a situação do negócio no fim do ano e outros dados importantes.

A palavra ‘contabilidade’ é uma descrição redutora pois aplica-se apenas a algumas das tarefas do contabilista. É como descrever ‘cirurgia’ apenas como a destreza de cortador.¹

Com efeito, a Contabilidade não tem por objectivo apenas fornecer informação mediante a contagem e inventariação de bens e obrigações, dos proveitos e custos num dado período. É certo que a Contabilidade faz uma contagem para fornecer informação. Mas isso é apenas parte da história. Para além da contagem fazem-se muitas outras coisas e os destinatários da informação obtida com essa contagem são **entidades externas ao negócio** com direito a receber, não toda a informação (como acontece com os gestores desse negócio)² mas apenas um conjunto claramente circunscrito de dados (o relatório).

Os níveis de entendimento da Contabilidade: Por que será que é tão difícil explicar em poucas palavras o que é a Contabilidade? Por que razão os autores que apresentam uma definição de Contabilidade raramente concordam uns com os outros?³ A razão destas diferenças não tem a ver com alguma estranha ambiguidade porventura inerente a esta ciência. As diferenças de opinião àcerca da Contabilidade vêm do facto da Contabilidade ter hoje uma importância e uma abrangência que não tinha há poucos anos atrás, estando portanto ainda pouco assente como ciência e mesmo como destreza; e vêm também, embora cada vez menos, do facto da Contabilidade, como aliás acontece com muitas outras destrezas e aplicações da ciência económica, poder ser entendida a diferentes níveis de profundidade.

Um logista que atende os clientes ao balcão pode ser visto a um nível superficial, apenas como o funcionário encarregado de aviar encomendas (uma espécie de fiel de armazem) mas pode também ser visto como um especialista em *customer relationship management* ou técnico de vendas *one to one*; pode ainda ser visto como o gestor e dono do seu negócio ou como um empreendedor, um agente do crescimento económico. Embora todas estas definições sejam verdadeiras, as últimas são mais abrangentes do que as primeiras pois não se limitam a ver meios. Concentram-se nos fins. É das

¹Certas destrezas (como a Física e a Engenharia) tem o nome certo. Outras, como a Política, tiveram a sorte de possuírem um nome ideal, um nome que significa, não tanto o que o político faz mas o que devia fazer.

²A arte de recolher, processar e comunicar informação útil aos gestores—e apenas a estes—chama-se Contabilidade de Gestão. O tipo de problemas que a Contabilidade de Gestão é chamada a resolver, as suas limitações e o ambiente onde se desenvolvem as suas mais típicas actividades, são totalmente diferentes daqueles da Contabilidade.

³‘There is no generally accepted definition of Accounting’, Garbutt, D. (1980), *Accounting Foundations* (Pitman, London).

diferentes perspectivas criadas por uma visão mais ou menos profunda que surgem as diferenças de opinião sobre o que seja a Contabilidade.

Este texto procurará explicar a Contabilidade partindo do ponto de vista mais profundo.⁴

Com esta metodologia, partir dos fins para para chegar aos meios e não o contrário, pretende-se facilitar a aprendizagem áqueles que precisam de saber o que é a Contabilidade mas não estão dispostos a passar pelo treino necessário a escriturários e guarda-livros. Esta metodologia é também útil a profissionais de Contabilidade pois, como a seu tempo se verá, os níveis mais superficiais a que a Contabilidade é apresentada conduzem a distorções no modo de praticar a própria Contabilidade.

A Contabilidade é um instrumento, não um fim. É fundamental, por exemplo, que um gestor saiba Contabilidade a ponto de ser capaz de compreender o significado da informação contida nas demonstrações financeiras da sua empresa ou nas de outras; mas seria discutível pretender formar gestores capazes de competir com o guarda-livros ou o técnico de contas da empresa em prontidão e eficiência no desempenho de tarefas de escrituração. A perspectiva deste texto é pois a da compreensão, não tanto pelo treino contabilístico mas pelo raciocínio económico.

Duas definições de Contabilidade: Os autores que se atrevem a definir Contabilidade não vão além de uma enumeração de tarefas e objectivos típicos. Como referido, essas listas nem sempre deixam perceber qual a finalidade ou objectivo profundo que se procura atingir. Bull,⁵ explica que

Accounting is concerned with the quantification of economic events in money terms in order to collect, record, evaluate and communicate the results of past events and to aid in decision making.

Ficamos a saber que a Contabilidade recolhe, toma nota, avalia e comunica resultados económicos referentes a acontecimentos passados. Ficamos também a saber que os referidos resultados económicos são sempre expressos em unidades monetárias, em dinheiro. E há ainda uma enumeração do fim em vista, embora demasiado geral e abrangente: ajudar a tomar decisões.

Outra possível definição, mais clássica, onde também se descrevem as tarefas necessárias à transformação de simples transacções em informação útil, seria esta:

⁴Nisso, é diferente da maioria dos outros textos disponíveis em Português, que referem primeiro as tarefas comuns do contabilista e muitas vezes ficam por aí.

⁵Bull, R. (1984), *Accounting in Business*, (Butterworth, London).

A Contabilidade reconhece e mede o efeito económico das transacções, com o fim de apurar e comunicar, de forma verídica e imparcial, o resultado e a situação líquida de um negócio, áquelas entidades que têm o direito de deles serem informados.

Comparando as duas definições, vemos como a primeira é mais geral e a justifica-se melhor a todas as possíveis finalidades que a Contabilidade possa ter, mesmo às menos habituais. A segunda definição, pelo contrário, oferece uma visão mais focada e circunscrita da Contabilidade. Explica melhor o que é, em geral, a Contabilidade, especificando, por exemplo, que a informação a obter é o resultado e a situação líquida, mas deixa de fora algumas das suas finalidades e instrumentos mais exóticos. É evidente, por exemplo, que aquilo que se pretende comunicar não é apenas o resultado e a situação líquida e as respectivas demonstrações. É também evidente que as contas de muitas empresas são preparadas a pensar, não apenas naqueles que têm direito a serem deles informados, mas em muitas outras entidades. Note-se por fim como a segunda definição refere uma tarefa, o reconhecimento de cada transacção, que a primeira definição ignora.

As diferenças apontadas são algumas das mais comuns. Este texto irá partir da segunda definição pois ela ilustra o que há de mais típico e habitual na Contabilidade. A seu tempo abrir-se-ão excepções e extensões a esta definição.

1.2 Fins e Destinatários da Contabilidade

Depois de notar a diferença entre uma inventariação levada a cabo para satisfazer fins internos de um negócio e o tipo de exigências que a Contabilidade é chamada a satisfazer, estamos em condições de estudar quem são essas entidades externas ao negócio a quem é devido o relatório contabilístico.

A Contabilidade tem por finalidade prestar contas: A Contabilidade foi apresentada como sendo um processo que, a partir de todo o tipo de transacções, consegue extrair informação útil. Aquilo que é surpreendente é o facto dos destinatários dessa informação, as entidades a quem ela é útil, não serem os gestores do negócio mas mais as entidades exteriores como donos, credores, clientes, fornecedores ou o fisco.

Segundo a definição proposta, contabilizar não significa inventariar de modo a obter informação útil em geral. Trata-se de contar, sim, mas com um fim mais específico, mais circunscrito do que a simples obtenção de informação útil. O contabilista não conta apenas: ele **presta contas**. Um gestor,

ao apresentar as contas de um dado ano, presta contas perante os donos de um negócio pela forma como este foi gerido durante esse ano, nomeadamente pelo resultado obtido e pela situação líquida em que deixou a empresa. Este significado, prestar contas, é mais patente em Inglês (*to account for, to demand accountability*) mas vale a pena notar que está também presente no significado Português da palavra ‘contabilidade’.

É importante percebermos por que razão os destinatários da informação contabilística têm direito a receberem essa informação.

A quem se destina a informação contabilística: Os destinatários da informação contabilística são, em primeiro lugar, os **donos** do negócio, os que detêm a sua posse. A Contabilidade surgiu em larga medida como consequência de uma separação de tarefas: para um lado os donos (chamados ‘principais’) e para o outro os gestores (ou ‘agentes’) de um negócio. Tal separação é inevitável em economias de tipo liberal devido ao facto da liberalização das actividades lucrativas e a conseqüente concorrência, favorecerem a especialização, a divisão do trabalho, como forma de aumentar a produtividade.

Numa economia liberal existem detentores do capital que actuam apenas como tais e se especializam em maximizar a rendibilidade desse capital; e existem gestores profissionais, cada um com as suas destrezas. Uns e outros procuram maximizar a riqueza própria. A divisão do trabalho pode, numa primeira aproximação, ser vista como interessante para uns e outros.⁶

Os dados contabilísticos serão a informação a que os donos têm direito. Aquilo que os donos esperam conhecer através da informação contabilística é a estimativa dos dois valores seguintes:

⁶A divisão do trabalho, assim como todas as outras características de uma economia liberal (igualdade de oportunidades, livre concorrência, estabelecimento dos preços por meio de mecanismos de mercado), quando abandonados a si próprios conduzem rapidamente à preponderância dos detentores do capital. Chama-se **capitalismo** a uma economia orientada para a satisfação dos interesses dos detentores do capital e chama-se **plutocracia** ao capitalismo que conseguiu dominar o próprio estado a tal ponto que se tornou uma ditadura de um grupo de potentados. Numa economia capitalista, a livre concorrência desaparece, os preços são fixados por acordo entre oligopolistas (o chamado **conluio**) e a especialização transforma-se numa ratoeira que leva os detetores do trabalho à situação de escravos. De facto, a economia liberal não se perpetua sozinha. Para evitar que ela degenera em capitalismo e em plutocracia, o Estado deve exercer uma constante e activa vigilância de modo a fazer cumprir um conjunto de normas reguladoras. A intervenção reguladora do Estado destina-se, por exemplo, a evitar a formação de empresas dominantes (leis anti *trust*), punir severamente os acordos para fixação de preços, punir a compra e venda que tire partido da posse de informação interna ou outras formas de prepotência por parte dos detentores do capital.

- o **resultado**, isto é, quanto é que o negócio conseguiu acrescentar ou ganhar durante esse ano
- a **situação líquida** em que este se encontra no fim do ano.

Adiante ver-se-á em pormenor o que é que cada um destes valores significa.

Outros destinatários da informação contabilística serão, logo em segundo lugar, os **credores** do negócio, especialmente aqueles que cederam capital para acrescentar os recursos permanentes desse negócio. O que interessa aos credores não será tanto o resultado em si, do qual não têm parte, mas mais a situação em que está a empresa pois este dado possibilita-lhes o fazerem uma estimativa do risco de não virem a ser reembolsados pelo capital cedido. Claro que o resultado também lhes interessará na medida em que, quando este é fraco, eles correm o risco de não virem a receber na data combinada o juro devido nesse ano.

Para além destes destinatários principais, existem outras entidades que interactuam com o negócio e que, na medida em que este pode afectar as suas fortunas, terão também direito a serem informados sobre o resultado e a situação líquida. São eles, por exemplo, os fornecedores, clientes, empregados e o fisco. Quando, por exemplo, a situação líquida da empresa se deteriora, os fornecedores podem vir a não ser pagos pelos materiais ou mercadorias que adiantaram; os empregados podem ser despedidos e podem mesmo perder direitos importantes como as suas pensões de reforma e seguros de vida; os clientes podem perder garantias e a assistência devida aos produtos que compraram, o que leva à inutilização desses produtos.

Finalmente, também o fisco tem direito a ser informado, nomeadamente sobre o resultado, com o fim de apurar o imposto porventura devido sobre o rendimento desse ano. Outros tipos de imposto determinarão a necessidade de apresentar ao fisco outro tipo de informação financeira.

Unicidade da informação Contabilística: Da descrição acima poderia deduzir-se que a informação contabilística se apresenta de forma diversa consoante a entidade a que se destina. Na prática raramente tem sido assim. A informação preparada pelas empresas é só uma e é divulgada da mesma forma. Essa divulgação costuma ser feita em intervalos regulares, por exemplo, uma vez por ano ou, mais raramente, de dois em dois anos, e diz respeito a períodos também regulares. Mais ainda, os métodos e princípios utilizados no apuramento do resultado e da situação líquida são, em princípio,

invariáveis.⁷

O processamento da informação contabilística é tradicionalmente feito a pensar, tanto na **continuidade** e **comparabilidade** com anos anteriores, como na **equidade** face aos interesses, frequentemente divergentes, dos destinatários. Ver-se-á que este segundo aspecto vem do facto do relatório contabilístico ser o resultado de um equilíbrio de interesses.

A exigência, que se introduzirá mais adiante, de que a informação contabilística seja imparcial (do termo inglês *fair* que significa equânime, equilibrado, justo, igualmente adequado a todos os intervenientes) reflecte, entre outras preocupações, a dificuldade criada pelo facto da informação contabilística ser uma só enquanto que os destinatários são diversos e têm interesses também diversos.

1.3 O Relatório Contabilístico

Qual a informação que a Contabilidade fornece: O que é que têm direito a saber as entidades que inter-actuam com uma empresa? É importante entendermos desde já que a informação contabilística é o resultado visível de um acordo entre parceiros com interesses largamente opostos. Só percebe o que é a Contabilidade e como funciona quem tem presente que a informação disponibilizada pelos gestores é, em boa medida, o equilíbrio possível entre interesses antagónicos. E, como foi dito, o primeiro e mais importante desses equilíbrios de interesses é o que será preciso negociar a partir do momento em que os donos e os gestores são entidades distintas.

Situemo-nos na época em que muitas das características da Contabilidade moderna tomaram forma, inícios do século XVII, e imaginemos um grupo de comerciantes abastados que se juntam para financiarem uma expedição às Índias Orientais com o fim de trazerem especiarias. Para isso, eles juntam primeiro o seu dinheiro num saco comum, obtendo assim capital suficiente. Depois, contratam um capitão experiente (o agente) o qual, por sua vez, irá arrendar e armar um navio, dota-lo com equipamento e marinagem e assumirá depois o comando da expedição. Quando a carga é trazida a bom porto o capitão vende-a, paga os encargos e dívidas que tiver assumido, despede os marinheiros e desarma o navio. Por fim, faz contas com os detentores do capital (os principais): reserva para si a quantia estipulada (pode ser um montante fixo ou pode incluir uma percentagem do resultado) e entrega a esses principais o que sobra. Estes, por sua vez,

⁷Uma mudança em tais métodos e princípios deve ser claramente explicada no relatório do ano em que começa a ter efeito.

distribuem o resultado entre si de acordo com a parcela de capital com que cada um entrou.

Este exemplo ilustra de forma esquemática a relação entre donos e gestores e os interesses antagónicos que podem dar-se entre eles. Os donos desejam, nomeadamente, conhecer o mais possível sobre o negócio pois não lhes agrada a ideia de ficarem dependentes do gestor. Mas o gestor não quer divulgar senão um mínimo pois não está disposto a tolerar intromissões no seu modo de trabalhar, ou não quer correr o risco de ver os seus segredos profissionais banalizados, ou simplesmente não quer perder tempo a recolher e tratar informação. Isto acontece, note-se, mesmo quando um dos donos é também gestor: nesse caso a oposição será entre donos-gestores e donos que não são gestores.

Não há dúvida de que uma divulgação demasiado detalhada de dados referentes às operações de uma empresa limita a actividade do agente, permitindo que os donos se intrometam no dia-a-dia da gestão e facilitando informação à concorrência; uma divulgação insuficiente, pelo contrário, permite ao agente fazer tudo o que quizer, mesmo contra os interesses dos donos. Nomeadamente, como o capital em risco não é o dele, pode o agente aceitar correr riscos lesivos dos interesses dos principais e credores, ocultar maus resultados ou situações de excessivo endividamento, baixa rendibilidade ou mesmo de fraude.

O resultado: O dado mais procurado pelos donos (actuais e potenciais) é o **resultado**, isto é, a diferença entre os **proveitos** obtidos num negócio e os **custos** em que foi necessário incorrer para obter esses proveitos. Assim, por exemplo, um resultado de 500 unidades monetárias é obtido quando um negócio, ao longo desse ano, incorreu em custos de 3.500 unidades para conseguir obter proveitos de 4.000 unidades:

Proveitos	4.000
Custos	<u>3.500</u>
Resultado	500

No exemplo que foi usado acima, o de uma expedição às Índias Orientais, os proveitos seriam o produto da venda das especiarias. Os custos seriam aquilo que custou armar e equipar o navio, pagar à tripulação e ao capitão, comprar a mercadoria aos produtores, liquidar comissões, taxas alfandegárias e subornos, pagar juros devidos a credores, pagar a renda pelo uso do navio e repara-lo antes de o devolver aos seus donos.

O resultado, por si só, não é informação suficiente para os donos. Mesmo em casos simples como o exemplo acima, os donos de um negócio estariam

interessados em conhecer, não apenas quanto tinham ganho, mas também quais os proveitos e quais os principais custos. Este desejo de informação mais detalhada é natural. No fim de contas, um negócio como este,

Proveitos	4.000
Custos	<u>3.500</u>
Resultado	500

é muito diferente de outro assim:

Proveitos	100.000
Custos	<u>99.500</u>
Resultado	500

Apesar de ambos terem obtido o mesmo resultado, o primeiro apresenta uma margem de lucro muito mais elevada e o conhecimento desse facto é, junto com outros, crucial para quem entra com o capital. A primeira exigência dos donos é pois o de serem informados, não apenas do resultado, mas também de quais os custos e quais os proveitos que lhe deram origem.

A demonstração dos resultados: Uma segunda exigência dos donos será conhecerem detalhes desses custos e proveitos, não apenas a sua totalidade. Nomeadamente, os donos terão todo o interesse em que a demonstração de resultados evidencie qual a parcela dos custos e proveitos que resultam de factos extraordinários ou raros. Esta exigência é facilmente compreensível. Pode acontecer que os proveitos tenham sido na realidade escassos mas que factos furtivos, que pouco tiveram a ver com o negócio, os tenham empolado. Se, por exemplo, dos proveitos de 4.000, apenas 1.000 vieram da vendas de especiarias enquanto que os restantes 3.000 foram obtidos por pilhagem de um galeão espanhol, então os detentores do capital têm todo o interesse em conhecer esse facto. Caso a origem dos seus proveitos lhes seja ocultada, julgarão que as especiarias rendem mais do que na realidade e podiam até ser tentados a planearem futuras viagens às Índias Orientais baseados num pressuposto falso.

De tudo isto falar-se-á mais tarde em detalhe. Para já interessa compreender que o resultado e a sua **demonstração** (decomposição em parcelas mais ou menos detalhadas), ainda não constitui, para o dono, informação completa pois deixa de fora um dado muito sensível para quem investe o seu dinheiro num negócio, o de saber qual o capital em risco.

A situação líquida: Continuando com o exemplo acima, imaginemos que o navio usado na expedição, o seu armamento pesado, instalações de apoio

em terra como armazéns e escritórios de venda, em vez de terem sido arrendados, eram já pertença do mesmo grupo de investidores. Nesse caso, dever-se-ia considerar a situação do capital desta companhia, tanto no início, isto é, antes do negócio se ter efectuado, como no fim, incluindo já o resultado positivo mas contabilizando também o desgaste sofrido pelo navio tendo presente o seu tempo de vida útil.

A **situação líquida** ou patrimonial de um negócio, seja ela inicial ou final, não é mais do que a diferença entre os haveres e direitos dos donos ou da companhia⁸ e os seus deveres e obrigações, ambos numa dada data. Os haveres e direitos chamam-se **Activos** (*Assets* ou bens em Inglês) e os deveres e obrigações chamam-se **Passivos** (*Liabilities*, responsabilidades ou o que é devido a outrem). No exemplo acima, o valor do navio, armamento e instalações tinham, antes da expedição partir, um valor total de 1.000 unidades monetárias; e os empréstimos previamente contraidos por esta companhia junto de casas bancarias ascendiam a 800 unidades. A situação líquida inicial seria pois de 200 unidades:

Activo	1.000
Passivo	800
Situação Líquida	<u>200</u>

Depois da expedição ter tido sucesso e uma vez pagas todas as obrigações criadas por essa expedição, a companhia passou a ter a seguinte situação líquida:

Activo	1.400
Passivo	800
Situação Líquida	<u>600</u>

pois, por um lado, o resultado (um saco com moedas de ouro no valor de 500) foi engrossar os activos ou pertenças da companhia (as quais, antes da expedição se iniciar valiam 1.000 unidades); por outro lado, deu-se uma desvalorização do valor do navio e do equipamento no valor de 100 unidades. Assim, os activos só aumentaram 400.

É obrigação do agente, o capitão, entregar aos detentores do capital um relatório com a demonstração, mais ou menos detalhada, do resultado obtido

⁸A Companhia é uma forma jurídica entre as várias que um negócio pode assumir. A forma jurídica tem por fim especificar os direitos e deveres dos donos entre si, entre os donos e credores e entre outras partes envolvidas. A Companhia é a forma jurídica mais antiga, não contemplando a responsabilidade limitada dos donos. Entre os séculos XVII e XIX surgiram na Holanda e na Inglaterra importantes companhias comerciais que gozavam de vários privilégios e protecção estatal.

e da situação líquida no fim da expedição. Tal relatório, nomeadamente o que nele deverá ou não constar, será objecto de negociação e acordo, antes do agente receber o seu encargo. A obrigação de informar que o relatório pretende satisfazer é vista pelas partes como um dever, o de prestar contas. De posse da demonstração de resultados e da demonstração da situação líquida, é de crer que os detentores do capital vejam as suas necessidades de informação satisfeitas. Mas será assim?

Claramente, os donos só ficariam plenamente satisfeitos se pudessem ter acesso a **toda** a informação disponível, isto é, a todas as transacções detalhadamente. A isso opõem-se os interesses do agente, para quem tal divulgação seria potencialmente lesiva como vimos.

1.4 A Informação Contabilística

Ficamos já com uma ideia aproximada do que é a Contabilidade, especialmente daquilo que pretende obter. Mas para completar este quadro ainda falta estudar com maior detalhe a informação em causa. É esse o objectivo desta secção.

A informação contabilística é um compromisso: Como foi já referido, a informação que deve ser disponibilizada pelo agente é o resultado de um acordo. Existe uma clara oposição, não apenas entre os interesses dos donos e dos gestores mas também entre os interesses de donos maioritários e minoritários, entre donos e credores (cada um terá interesses distintos em relação ao risco a suportar), entre gestores e credores, credores principais e secundários (os credores secundários são os que, em caso de falência, só recebem depois dos principais terem recebido tudo a que têm direito), entre gestores e empregados e, em geral, entre cada uma das partes envolvidas num negócio sem excluir o fisco.

A Contabilidade e o seu *output*, o conjunto de relatórios sumariamente descritos acima e outros, é pois uma parte do contrato a que se obrigam as partes com interesses num negócio. A Contabilidade regula especificamente o dever de informar e o correspondente direito a ser informado. As regras que determinam o que deve ser demonstrado ou não, reflectem os compromissos a que foi possível chegar no sentido de dar satisfação a todas estas partes. É por isso que a Contabilidade se apresenta com uma forte faceta legalista.

Os factos que mais contribuíram para agudizar o antagonismo entre as partes com interesses num negócio foram a popularização, no início do século XIX, da ‘responsabilidade limitada’ e o crescimento em importância dos

mercados de capitais (século XVII) e do investidor anónimo a eles associado. Disto falar-se-á na secção seguinte.

Os princípios e regras contabilísticas: Se a contabilidade é um compromisso, baseia-se necessariamente na **confiança** entre as partes. O relatório contabilístico é a informação que os gestores se comprometem a fornecer com veracidade e imparcialidade tanto nos bons como nos maus momentos.

Esse pressuposto de confiança (a boa fé é parte do compromisso *fiduciário*⁹) é impossível de substituir por estruturas burocráticas de controlo. Em última análise, e por mais sofisticado que seja o contrato contabilístico entre o gestor e os donos, credores, o fisco, por mais apertado que seja o controlo sobre os gestores, não há nada que possa substituir a confiança em que estes irão preparar as suas contas com a intenção de que elas reflectam, verdadeira e imparcialmente, o resultado e a situação do negócio. Nos negócios, não há substituto para a confiança.

A existência de interesses opostos não deveria ser usada como um pretexto para transformar a Contabilidade num instrumento de controlo destinado a frustrar ou tornar difíceis tentativas de mentir ou enganar. É essencial que se entenda que a existência de interesses antagónicos naqueles que querem trabalhar juntos não implica necessariamente que os detentores desses interesses se tenham que andar a enganar uns aos outros.

Aquilo que os antagonistas requerem para poderem conviver e trabalhar juntos em paz é a existência de um conjunto de **princípios e regras** capazes de serem aceites em boa fé por todos. Esses princípios e regras, portanto, deverão substanciar o máximo entendimento possível. Como no exercício de desportos como o Rugby ou o Futebol, as regras são aquilo que os jogadores se comprometem de boa fé a cumprir, e não aquilo que obriga os jogadores a comportarem-se.

Por que razão é que se fala de princípios, não apenas de regras contabilísticas? Na verdade, o que existem são os princípios. As regras baseiam-se, todas elas, num conjunto pequeno de princípios. Assim, quando acontecer que essas regras não contemplem uma situação nova, basta recorrer aos princípios de onde dimanam. Voltando ao exemplo do futebol, quando um jogador está decidido a passar por cima do princípio da competição (esforçar-se sempre por vencer) ou o do *fair play*, ele há-de encontrar forma de

⁹O compromisso fiduciário é o que assume, explícita ou implicitamente, qualquer entidade a quem são confiados bens alheios. Esse compromisso é obviamente o de zelar, acima de tudo, pelos interesses dos donos desses bens, nunca colocando, em caso de conflito de interesses, os interesses próprios à frente destes.

o fazer, com ou sem regras.

A falta de sensibilidade para o carácter insubstituível da confiança e a consequente confusão entre prestação de contas e controlo coercivo, tem roubado grande parte da utilidade à Contabilidade em países como Portugal, onde esta continua a ser vista como um instrumento de controlo e portanto como algo que é imposto por uma das partes (o fisco) às restantes. Naturalmente, as partes a quem a Contabilidade é imposta não terão incentivos para cumprir com as suas regras e muito menos com os seus princípios. Mais ainda, o jogo para essas partes passou a ser o de conseguirem a todo o custo defender os seus interesses sem sair da legalidade ou mesmo saindo, desde que não existam hipóteses de se serem apanhados.

A informação contabilística tem por fim mostrar riscos: Por que razão é que a Contabilidade tem progredido tanto? Sabendo como é difícil pôr de acordo interesses opostos, como é possível o ter-se chegado a um consenso tão sofisticado em tão poucos séculos? Pode afirmar-se sem exagero que a Contabilidade, tal como a conhecemos hoje, resultou do esforço para evitar às partes com interesses num negócio o serem surpreendidas pela sua falência inesperada. Aquilo que impulsionou a Contabilidade e obrigou essas partes a porem-se de acordo foram grandes falências que ocorreram de surpresa. Ainda hoje é assim.

A informação contabilística tem-se aperfeiçoado com o correr dos séculos e com o acumular de experiência. Mas tal progresso não foi linear nem resultou de um esforço sistemático. Se deveras pretendemos compreender o que é a Contabilidade, nunca podemos perder de vista a verdade nua e crua de que, em tempo de vacas gordas, a Contabilidade é (e sempre foi) vista como um estorvo, uma perda de tempo. A Contabilidade só progrediu e só continua a progredir em alturas de crise, perante falências que, por terem sido inesperadas, afectaram seriamente as fortunas de donos, credores, fornecedores, empregados, ou perante a descoberta de abusos por parte de gestores (abusos esses que seriam impossíveis se tivesse existido, junto das partes envolvidas, uma atempada difusão da informação devida), ou para fazer face à prepotência de donos maioritários sobre os outros.

Só entende o sentido da informação contabilística quem percebeu que esta resultou da acumulação, ao longo dos últimos séculos, de experiência **reactiva** sobre o que os agentes devem divulgar de modo a que os interesses de donos, credores e outras partes envolvidas, sejam acautelados.

Aliás, quando um resultado ou a situação da empresa são bons, é fácil pôr de acordo as partes sobre o que estas têm direito a saber. Quando a situação

piora é aí que se torna difícil chegar ao consenso pois é então que interesses antagônicos ficam a descoberto. Quando se pressente que o negócio corre o risco de vir a não obter o resultado esperado, as partes desejam que a informação contabilística dissipe ou confirme os seus receios, permitindo-lhes tomar decisões atempadas, e que venha a servir de pauta em caso de litígio ou liquidação do negócio.

Um equívoco muito espalhado é supôr-se que a Contabilidade foi pensada especificamente para facilitar a gestão de carteiras de activos e portanto a informação contabilística tentaria reflectir, o mais fielmente possível, a situação económica da empresa. Mas não é bem assim. O contabilista procura que a informação contabilística reflecta a situação da empresa mas também procura, com maior cuidado, que os resultados sejam estimados segundo uma perspectiva **conservadora**, isto é, por baixo.

Na dúvida, a alternativa que o contabilista escolhe é sempre a mais pessimista de entre as alternativas verosímeis. Basta que uma alternativa desfavorável seja verosímil para que o contabilista faça provisões no sentido de acautelar tal eventualidade. Uma empresa que pode ou não vir a perder uma soma avultada devido a um processo em tribunal, verá essa quantia subtraída aos seus resultados muito antes da sentença. O desgaste da maquinaria e instalações, as provisões para cobranças duvidosas ou para furtos, tudo é estimado por alto para que os resultados não venham empolados. O contabilista conta, mas sempre a pressupôr o pior (dentro do verusímil, é claro).

Tudo isto são tentativas para evitar surpresas tanto quanto possível. É assim que a Contabilidade foi pensada. Portanto, nem o resultado nem a situação líquida evidenciados nos relatórios das empresas serão os mais adequados como indicadores pro-activos ou mesmo esperados. Aliás, os sucessos atribuídos à informação contabilística (isto é, os casos onde esta se mostra eficaz) estão relacionados com a previsão de falências ou de crédito mal parado; enquanto que os fracassos se encontram no seu uso como instrumento de gestão de carteiras.

1.5 Os Motores da Contabilidade

Já vimos que o principal motor da Contabilidade, aquilo que fez com que ela evoluísse e amadurecesse, foi e é o medo das falências inesperadas. Existem porém outros motores, alguns de grande importância e que interessa conhecer.

Contabilizar para satisfazer uma responsabilidade assumida: A partir de inícios do século XIX, a **responsabilidade limitada** tornou-se o principal motor que impulsionou a Contabilidade para níveis de sofisticação e importância nunca vistos antes. Em que consiste esta moda?

Quando um negócio corre mal, os detentores do capital têm que responder com os seus bens pessoais pelas dívidas que ficaram por liquidar. Os donos de certas companhias de seguros, por exemplo, podem ser chamados a cobrir com os seus próprios haveres (casa, mobília, veículos, terras, dinheiro) os danos causados por acidentes ou desastres naturais que tenham ocorrido no outro extremo do globo. Isto acontece sempre que a situação líquida dessa seguradora se torna negativa: os activos não são suficientes para cobrir os passivos ou obrigações contraídas e estas não desaparecem com o capital.

A responsabilidade limitada é uma cláusula de salvaguarda que um negociante ou grupo de negociantes tem direito a introduzir na altura em que funda um negócio e antes de assumir qualquer compromisso. Segundo esta cláusula, fica desde logo entendido que bens pessoais não podem ser penhorados para pagar dívidas contraídas no âmbito desse negócio nem para saldar quaisquer outros compromissos. A partir daí quem quiser emprestar dinheiro a essa ‘sociedade’ deve entender que corre um risco acrescido de vir a perde-lo pois poderá esperar uma atitude menos cautelosa por parte dos donos.

A responsabilidade limitada contribuiu para tornar os empreendedores mais afoitos, para expandir e globalizar os negócios e, o que é decisivo, baixou o nível de riqueza pessoal a partir do qual as pessoas começam a sentir-se à vontade para investir em empreendimentos de risco. Mas também agudizou a necessidade, especialmente por parte de credores e outras entidades que não os donos, de serem informados a tempo sobre os riscos que estejam a correr.

A tal ponto isto é assim que as companhias (*partnerships* em Inglês) onde não é feita a ressalva da responsabilidade limitada, encontram-se em muitos países isentas da obrigação de tornarem públicas as suas contas. Entende-se que o perigo de ruína pessoal é suficiente para instilar prudência nos donos desses negócios e que isso diminui grandemente o risco de crédito. Pelo contrário, nos mesmos países onde as companhias podem manter secretos os seus resultados, é enorme a exigência em relação ao detalhe e rigor na divulgação pública de informação contabilística por parte de empresas com responsabilidade limitada.

As companhias são manifestações da cooperação entre pessoas e às pessoas sempre se pode pedir responsabilidades ou punir a desonestidade. Numa

companhia existe portanto uma clara definição das **entidades** envolvidas, das pessoas que são passivas de direitos e deveres. Pelo contrário, nas sociedades a responsabilidade limitada leva a uma dissolução da entidade (não existe nenhuma pessoa a quem reconhecer direitos, deveres e a correspondente responsabilidade) sendo portanto preciso que exista um conjunto apertado de salvaguardas de outro tipo. O que se faz na prática é criar uma entidade virtual, a própria empresa, à qual se atribui a capacidade para deter activos e se endividar. Mesmo assim, a responsabilidade não é completa pois não é possível, por exemplo, mandar estas entidades para a prisão, ao contrário do que acontece no caso das companhias.

Viu-se até aqui como a Contabilidade foi o fruto de duas circunstâncias: a separação, dentro da empresa, entre donos (principais) e gestores (agentes), bem como a possibilidade de atribuir a sociedades, não apenas a indivíduos, o estatuto de entidade. Foram estas duas realidades que criaram a necessidade de definir qual a informação a que estas partes interessadas, exteriores à gestão da empresa, têm o direito de conhecer, de tal modo que exista um equilíbrio entre os diversos interesses em jogo:

One of the main functions of financial accounting is to ameliorate the fundamental information asymmetry that exists between those who have supplied the capital belonging to a limited liability company and those who currently manage the capital. Company legislation, as supplemented by the requirements of stock exchange and bodies of professional accountants, addresses the problem of information asymmetry by specifying the criteria that should govern general aspects of disclosure and also by requiring the specific disclosure of certain items.¹⁰

A responsabilidade limitada e o estatuto de entidade numa empresa ilustram pois a necessidade de se obter outro equilíbrio de interesses quanto à informação que essa empresa disponibiliza. Por um lado, aos detentores de direitos sobre os activos da empresa é devida informação que lhes permita ajuizar do risco de não virem a ser reembolsados ou de não virem a receber a remuneração devida; os donos, por outro lado, querem que esta informação seja bem circunscrita e sempre a mesma pois, desejando maximizar o rendimento do capital investido, temem pressões e interferências por parte de quem só tem direito a esperar uma remuneração fixa, sendo portanto mais avesso ao risco. Ao apresentar periodicamente as contas da empresa, a Contabilidade tenta, como nos casos ilustrados anteriormente, satisfazer o

¹⁰A. J. Arnold, *Journal of Business Finance and Accounting*, Vol. 25, p. 775.

direito à informação das partes e, em tudo o que vai para além de um mínimo, procura ainda o equilíbrio entre esses interesses. Só entendeu Contabilidade quem tem presentes os laboriosos e muitas vezes intrincados compromissos que deram origem às regras e princípios vigentes.

A prática contabilística ilustra pois a estreita relação entre responsabilidade e liberdade de movimentos. Esta relação, que não é exclusiva dos modelos económicos pois se aplica a toda a vida em sociedade, torna-se aqui aparente através da forma como o dever de informar varia com o grau de responsabilidade assumida.

- Num extremo estão os donos que assumem toda a responsabilidade pelos passivos a eles confiados. Estes não precisam de informar de nada e portanto gozam de liberdade de movimentos.
- No extremo oposto estão os donos que não assumem importantes responsabilidades, como acontece com a responsabilidade limitada. Esses têm que informar sobre tudo o que fazem e com detalhe e na prática não são livres.

Entre estes dois extremos ideais encontram-se diversos níveis intermédios, mais próximos da realidade. Quem quiser perceber as raízes da Contabilidade e até da vida económica, terá que ter presente tal **relação de contra-partida**.

A informação contabilística e a igualdade de oportunidades: O segundo facto que potenciou a necessidade da informação contabilística foi o aparecimento, no século XVII, do **investidor anónimo** em mercado de capitais. Nestes, a oposição de interesses mais permente é a que contrapõe os grandes investidores aos pequenos, Por um lado, os grandes investidores têm todo o interesse em atrair os mais pequenos para poderem partilhar riscos e para aumentarem o capital disponível. Mas ao mesmo tempo, estes grandes investidores desejariam, e têm-no conseguido muitas vezes, manter uma posição privilegiada no que respeita a informação, de modo a serem capazes de auferir os maiores ganhos enquanto deixam aos restantes os maiores riscos.

Por outro lado, na medida em que a posse das empresas se torna anónima, sendo fácil comprar e vender interesses em empresas, e existindo donos com muito poder de voto e outros com pouco, passou a ser preciso acautelar os direitos dos investidores com menos poder. Quando assim não é, os pequenos investidores acabam por vender esses interesses e vão usar o seu dinheiro noutra parte onde porventura existam mais garantias de serem tratados com

equidade. Esta fuga dos pequenos investidores não interessa a ninguém, nem mesmo aos grandes investidores, e é por isso que eles consentem em oferecer garantias de equidade aos mais fracos (embora o façam relutantemente).

A informação contabilística é um dos instrumentos que ajudam a igualar grandes e pequenos investidores. Com ela, os donos recebem todos a mesma informação. Claro que a informação contabilística não resolve, por si só, esta oposição de interesses. Os donos mais influentes, na medida em que participam da administração ou mesmo da gestão corrente da empresa, estarão sempre em posição privilegiada com ou sem essa informação. Como referido, a Contabilidade é apenas um dos instrumentos de regulação necessários ao funcionamento imparcial dos mercados de capitais.

Deve referir-se que o problema da assimetria informativa entre investidores está longe de se encontrar resolvido, mesmo nos mercados mais concorridos. Ao contrário dos conflitos potenciais enunciados mais atrás, este, que opõe os interesses de grandes e pequenos investidores é ainda hoje quase sempre resolvido em favor dos grandes investidores.

A informação contabilística e a volatilidade dos mercados: Aquilo de que os mercados de capitais mais precisam para funcionarem bem não é tanto a informação contabilística em si mas a confiança em como essa informação é fiável.

Apesar da evidência em como, quando a confiança nos números contabilísticos desaparece, o mercado torna-se volátil, alguns leitores apressados de textos de Economia Financeira propalaram durante os anos oitenta e noventa que a informação contabilística seria inútil pois os mercados eram eficientes.

Num mercado eficiente, a posse de informação (contabilística ou outra) não dará vantagem ao seu detentor. Nomeadamente, não permitirá auferir retornos superiores aos medios pois é absorvida instantaneamente. Mas a questão não é saber se a informação contabilística é útil para obter retornos elevados. A questão é saber se é útil. E uma informação contabilística fiável é sempre essencial ao funcionamento dos mercados, quer seja absorvida lenta ou rapidamente.

A informação é útil aos mercados pois é ela que determina o equilíbrio entre a procura e a oferta e portanto a cotação. Sem ela, a volatilidade dos mercados aumenta pois o sentimento de estar a adivinhar o futuro de uma forma pouco fundamentada apodera-se dos investidores tornando-os ainda mais volúveis e assustadiços. Portanto, da mesma forma que os alicerces são úteis e mesmo indispensáveis apesar de não contribuírem com espaço

utilizável, também a informação contabilística, junto com a sua fiabilidade, é o que assegura a confiança dos investidores e portanto é dela que provêm as posições mais *longas*, as que menos empolam a volatilidade das cotações.

A Contabilidade deve acompanhar de perto os avanços e crescente sofisticação dos mercados. Aí onde as peças contabilísticas são vistas como fontes de informação de que as partes exteriores à empresa se podem servir, também as praças financeiras mostram mais vitalidade, com consideráveis recursos dedicados à análise de empresas; aí onde a Contabilidade estiolou ou viu os seus fins distorcidos, também a tomada de riscos estagnou. Nomeadamente, quando os investidores não confiam na capacidade de inovação e fiabilidade das normas contabilísticas e seus organismos reguladores, vêm-se impossibilitadas de avaliar riscos com objectividade e equidade (da mesma forma para todos) e passam a investir segundo padrões especulativos. Este comportamento agudiza as facetas negativas dos mercados e não facilita o crescimento económico.

Alguns dos mais recentes Nobel da Economia premiaram avanços em Economia Financeira, o que mostra como esta ciência é levada a sério. Ao mesmo tempo, os mercados de capitais têm atingido um nível de maturidade e um peso sem paralelo. Isto deve-se, em boa medida, à confiança que as contas das empresas cotadas inspiram aos investidores. O progresso das bolsas tem-se devido, não apenas à existência de entidades de regulação e supervisão cuja independência, isenção e efectividade na supressão de assimetrias esteja acima de qualquer dúvida, mas também a um sistema contabilístico igualmente fiável. Arthur Levitt, um dos anteriores *chairman* da *Securities and Exchange Commission*, reafirmou de forma lapidar esta verdade ao usar da palavra em Abril de 1999:

Stock markets should remember the painful lessons taught many times before: investors panic as a result of unexpected or unquantifiable bad news, which is why the world leading stock markets need high accounting standards.

É graças à maturidade da Contabilidade Financeira que certos mercados atingem hoje um tão elevado nível de liquidez. Os investidores sentem que podem confiar nos números contabilísticos para tomarem as suas decisões. Sentem que a praga mais evidente dos mercados pouco maduros, a assimetria na informação, é combatida e minorada. Sentem que existe um pouco mais de igualdade de oportunidades, que se tenta fazer jogo limpo. E isto dá-lhes confiança para investirem.

A informação contabilística e a competição pelo capital: Ao falar-se dos mercados de capitais deve referir-se que a Contabilidade não contribui apenas para a estabilidade destes. A informação contabilística é também uma das formas de que as empresas se servem para publicitarem os seus méritos, as suas boas perspectivas futuras. Por que razão precisam as empresas dessa publicidade? A resposta, importante para quem quer entender a economia liberal, reside na necessidade de competir com as outras empresas para obter um recurso escasso, o capital. E o capital, por sua vez, é essencial para financiar o crescimento de qualquer negócio.

A competição pelo capital dá-se porque as empresas têm necessidade de crescer mais depressa do que aquilo que os resultados que vão obtendo porventura lhes permitiriam. Por isso, precisam de atrair investidores dispostos a tornarem-se donos ou credores. Sem este tipo de crescimento por absorção de capital, as empresas de menor dimensão acabariam por ser compradas por outras maiores já que as suas cotas de mercado não permitiriam lutar de igual para igual com estas. Basta pensar que só empresas com uma parcela significativa do mercado conseguem impôr uma marca (*brand*) ou auferir das economias de escala.

1.6 Princípios Contabilísticos

Depois do que foi explicado, nasce naturalmente o interesse em conhecer os princípios que norteiam a actividade do contabilista.

Existe, dentro do tecido conceptual da Contabilidade, uma **hierarquia** de princípios. Assim, os princípios mais gerais e básicos são também os de aplicação mais frequente. Acima destes encontram-se princípios mais específicos e por último vêm as regras e directivas que são aplicações de princípios. Vamos pois começar por descrever os princípios mais gerais.

O *True and Fair*: Qualquer tarefa do contabilista, desde o reconhecer e medir até ao comunicar, deve nortear-se por dois princípios gerais e básicos: o da

- **adequada igualdade** (*fairness* em Inglês), cuja origem é a regulamentação e cujo fim é cada interveniente (adequada igualdade é o que as pessoas esperam obter através de instituições e regulamentos) e tem por fim a **imparcialidade**; e o da
- **boa fé** ou veracidade (*truthfulness* em Inglês), que tem a sua origem em cada interveniente (boa fé é o que as instituições esperam das

peessoas) e conduz à **confiança**.

O primeiro destes princípios diz que a informação contabilística deve procurar satisfazer os interesses de todas as partes, não apenas os de uma em detrimento das outras. A todos deve ser oferecida informação igualmente relevante, como num **jogo limpo**. Portanto é preciso evitar que os mais fortes tirem partido da sua força para, por exemplo, usarem informação privilegiada para correrem menores riscos ou para obterem maiores retornos.

Este princípio, note-se, é um dos ingredientes essenciais a uma economia que queira ser atractiva. Onde ele não é implementado ou onde, como em Portugal, não se procura activamente que o seja, muitos investidores simplesmente desistem e levam o seu dinheiro para outras paragens. Numa economia onde não existe imparcialidade só ficam os *insiders*. Em vez de economia liberal, cai-se rapidamente numa **plutocracia** onde florescem oligopólios, com todas as conseqüências negativas que daí advêm.¹¹

O segundo princípio, o da veracidade, diz que o relatório deve reflectir a verdadeira situação económica da empresa. Este princípio supõe que o contabilista toma decisões com boa fé. É ele que oferece as bases para perseguir e punir os abusos. De facto, só faz sentido punir quando existiu uma quebra de confiança, quando, por exemplo, se faltou à verdade de modo que as peças contabilísticas não reflectem a situação económica da empresa. Todos os investidores sabem que, aí onde os abusos nunca são punidos, é porque este princípio não é levado a sério.

Numa economia onde se procura activamente implementar os dois princípios acima, a informação veiculada pelas demonstrações dos resultados e da situação líquida de uma empresa, é usada pelos investidores para decidirem, não apenas onde não investirão, mas também onde irão investir. Os dados servem tanto para que esses investidores possam fazer uma ideia do risco que correm como das suas perspectivas. As empresas mais atractivas vencem nesta competição por um recurso escasso, o capital, e crescem mais depressa do que as outras, acabando por se imporem.

Este modelo, note-se, é um ideal, um pouco como o modelo da eficiência dos mercados: existem economias que se aproximam mais dele mas nenhuma o substancia perfeitamente e, em boa verdade, o mais importante para o bom funcionamento de um mercado parece ser a intenção efectiva

¹¹Uma destas conseqüências, talvez a mais óbvia, é a fraca produtividade dos detentores do trabalho. Esta fraca produtividade resulta da ausência de incentivos, mais concretamente da consciência de que, façam o que fizerem (quer trabalhem bem ou mal, muito ou pouco) os trabalhadores ficam na mesma. Esta mesma fraca produtividade foi também um estigma das economias comunistas e pelos mesmos motivos.

de o implementar e de reprimir os abusos, não tanto o grau de perfeição já atingido.

Quanto mais longe uma economia está da situação de competição perfeita pelo capital, menos importante será a Contabilidade tal como hoje se pratica em economias liberais. Nomeadamente, não fará sentido que uma economia como a Portuguesa, onde tal competição tem pouca importância e se encontra falseada em aspectos essenciais, venha a adoptar normas e princípios contabilísticos pensados para responderem às necessidades de outro tipo de economia.

Princípios de nível intermédio: Ao nível imediatamente superior encontramos um conjunto de princípios cujo grau de generalidade é menor e que servem de ligação com aplicações práticas. Entre outros, podem mencionar-se como exemplo os seguintes:

A substância prevalece sobre a forma: Quaisquieres que sejam as regras práticas, a intenção com que foram feitas é o que deve guiar o contabilista nas suas decisões. A intenção deve mesmo sobrepor-se à letra da regra em casos onde esta se opõe a essa intenção.

A estimação do resultado e dos activos é conservadora: Como atrás se comentou, caso exista mais de uma forma de estimar o resultado e o valor dos activos de uma empresa, deve escolher-se a forma que menos os empola. Mas tal forma deve ser verosímil. Não se deve ser conservador para além do verosímil.

Princípios de nível alto: No nível superior encontramos os princípios contabilísticos de aplicação prática e que pouco se distinguem de regras. Como exemplo, eis três dos mais típicos:

Os custos seguem os proveitos: Os custos são reconhecidos no período em que os proveitos deles decorrentes foram finalmente realizados em vez de serem reconhecidos no período em que a empresa neles incorreu. O contabilista faz portanto um **emparelhamento temporal** (*matching* em inglês) dos custos com os proveitos por eles gerados.

Só se contabiliza o que é material: Não deve introduzir-se no relatório informação que não é capaz de levar a modificar uma decisão por parte de nenhuma das partes envolvidas. A publicação de informação inútil é uma forma de ocultar a informação útil.

A informação deve ser comparável e consistente: A comparabilidade é a propriedade que os relatórios contabilísticos têm quando permitem ajuizar do mérito económico de várias empresas no mesmo período. A consistência é a propriedade semelhante mas para a mesma empresa em períodos sucessivos.

1.7 Distorções da Contabilidade

A Contabilidade é um processo que transforma dados em bruto, mais concretamente as transacções geradas no decorrer da actividade de um negócio, em informação útil para donos, potenciais investidores, bancos e outros credores, fornecedores ou clientes e para o fisco. De entre os usos de tal informação, interessa destacar o dever de prestar contas que o gestor tem para com o dono (*demonstrating stewardship* em Inglês). É este o objectivo mais antigo da Contabilidade, a sua única razão de ser durante séculos, e cuja importância não diminuiu.

O *output* deste processo é o relatório, cujo conteúdo tenta conseguir o equilíbrio entre interesses antagónicos de donos, gestores, credores e outras partes envolvidas num negócio. O passar dos séculos, o acumular de experiências, especialmente as mais traumáticas, foi o que determinou e continua a determinar quais devem ser os *output* e qual o processamento que é levado a cabo para que sejam imparcialmente satisfeitas as necessidades de informação dessas partes.

O edifício conceptual assim descrito é um ideal raramente atingido, e por poucos durante pouco tempo. Esta secção irá descrever as mais importantes distorções a que o referido edifício tem sido sujeito.

A Contabilidade, campo de batalha de interesses: A Contabilidade, em aparência uma prática rotineira, é na verdade uma das disciplinas com maior capacidade para dividir vontades. Quem quizer perceber o que é a Contabilidade e como tem evoluído, precisa de ter presente o carácter litigioso, frequentemente azedo, que rodeia qualquer tentativa para aperfeiçoar as suas regras e princípios.

Aquilo que torna controversa a Contabilidade é o grande potencial que esta tem para interferir com um tipo de interesses muito melindroso, o que diz respeito às fortunas, seja de indivíduos, empresas, grupos industriais, ou estados. Poucas práticas mexem tão de perto nos bolsos daqueles que costumam ligar importância ao que têm nos bolsos. E é por isso que as discussões em torno das regras contabilísticas acabam por descambar em

disputas em torno de interesses.

Embora pareça estranho, poucas ciências estão hoje tão entrelaçadas com Política (no sentido lato) como a Contabilidade pois a forma como as transacções venham a ser reconhecidas, medidas e comunicadas, irá afectar cada vez mais as fortunas dos governos, das instituições e dos indivíduos. A soberania dos países ou a autonomia das instituições e indivíduos está hoje cada vez mais condicionada por uma teia de organismos reguladores ou de arbitragem. Como deixou de estar de moda esgrimir ideologias para defender interesses, as batalhas entre esses interesses tendem a ser travadas em torno do reconhecimento ou de métodos de medição, os quais se prestam igualmente bem à manipulação e têm a vantagem de trazerem consigo uma aura de respeitabilidade científica.

Isto acontece a todos os níveis. Começando pelo mais baixo, os impostos que as empresas pagam, os resultados que declaram ou deixam de declarar, o tipo de relacionamento que têm com as fontes de financiamento e destas entre si, a imagem que supostamente pode persistir depois de um decréscimo nos resultados ou nos dividendos pagos, eis alguns exemplos onde a Contabilidade determina reacções furiosamente políticas. Ao nível nacional, aí onde as normas contabilísticas são objecto de discussão e aperfeiçoamento, é frequente encontrarem-se industrias inteiras a exercer pressão para que um dado tipo de transacção seja reconhecido, medido ou comunicado de uma forma mas não de outra. Veja-se o recúo do *Financial Accounting Standards Board* (FASB) dos Estados Unidos na sua tentativa de impôr a capitalização em vez do *write-off*¹² de encargos com projectos de R&D inacabados em empresas adquiridas. Tal mudança, argumentaram as empresas de tecnologia, teria inviabilizado ou tornado difíceis as fusões que, neste tipo de industria, são um importante motor do crescimento. O exemplo acima ilustra como deixou de se procurar a regra capaz de satisfazer, sem fugir à veracidade, os interesses de todos. Em vez disso, os interesses de um dado grupo, e com deterimento da veracidade, passaram à frente dos outros.

As tensões e jogos de interesses tendentes a instrumentalizar a Contabilidade estão presentes também a nível internacional. Veja-se o que Macve (1999)¹³ refere a respeito da norma internacional IAS 39 sobre instrumentos financeiros:

IAS 39 is recognisably derived from the US standard FAS 115.
But there is enough variation to make the americans uneasy

¹²Reconhecer como custo do período.

¹³Richard Macve é professor de contabilidade na *London School of Economics* e o extracto que se segue foi copiado da revista *Accounting International*, Abril.

about its acceptability in lieu of their own standard. Others fear that it represents a surreptitious introduction of an essentially US standard into the core of the IASC's programme just when the battle-lines between the IASC and the Financial Accounting Standards Board (FASB) over becoming the 'world accounting standards board' are being drawn.

Here we come to the underlying issue of principle: FAS 115 is one of the many low quality US standards that have resulted from the messy compromises necessary to satisfy the FASB's various domestic constituencies...

Assim como o extracto acima oferece interpretações políticas para a forma como as normas contabilísticas internacionais foram redigidas, também toda a questão em torno da harmonização contabilística internacional é hoje essencialmente macro-política. Os Estados Unidos exigem, para dar às empresas estrangeiras acesso aos seus mercados de capitais, que essas empresas publiquem os seus relatórios contabilísticos de acordo com normas de tão 'boa qualidade'¹⁴ quanto as deles. Nisto, os Estados Unidos estão a agir tanto por inércia, desejando tirar partido da sua hegemonia no sentido de impôr o que já usam em vez de se terem que adaptar a novas normas, como para melhor exercerem controlo sobre essas normas. Por seu turno, o organismo que lidera a harmonização contabilística internacional é o resultado de um consenso em como a qualidade terá que ser acessível a todos, nomeadamente a países com menos meios e pior tradição contabilística.

É neste contexto que a Economia Política (ou o uso de conceitos largamente utilizados nessa ciência como a Teoria dos Jogos) pode ajudar a compreender as dificuldades e a desenvolver estratégias que conduzam à conciliação de interesses. A este propósito é especialmente revelador o estudo recentemente levado a cabo por Licht (1999)¹⁵ sobre mecanismos reguladores, onde alguns exemplos desta problemática vieram receber um tratamento rigoroso.

A contabilidade, instrumento de controlo: A Contabilidade oferece um campo de manobra ideal para quem deseja apresentar uma visão distorcida da situação económica da empresa. A confirma-lo estão os inúmeros

¹⁴Não é líquido que os US GAAP sejam especialmente melhores do que outros. São, não há dúvida, mais complicados, denunciando talvez os tais *messy compromises* a partir dos quais alguns foram certamente feitos.

¹⁵Ver bibliografia.

casos, antigos e recentes, de uso da Contabilidade para encobrir maus resultados, excessivo endividamento e até fraude. Pode dizer-se nesses casos que a Contabilidade foi corrompida nos seus fins, ao ponto de passar a perseguir fins opostos àqueles para os quais foi criada.

Da constatação destas distorções nasceram, a partir de meados do século XX, tentativas para transformar a Contabilidade num sistema de regras e contas à prova de qualquer distorção. Estes sistemas ficaram conhecidos como **planos de contas**. Um plano de contas exclui a possibilidade de que o contabilista tome decisões pois pre-determina como cada transação deve ser reconhecida.

Naturalmente que tal pre-determinação implica uma severa simplificação da tarefa de reconhecimento. A outra característica negativa dos planos de contas é o serem impostos coercivamente pelo Estado. Na prática, um plano de contas transforma a Contabilidade num instrumento de controlo de empresas por parte de uma entidade externa, o fisco. O Plano Oficial de Contabilidade Português (conhecido como POC) é o único descendente de tais sistemas ainda em vigôr.

Aqueles que advogam a ‘uniformização’ contabilística, isto é, os que defendem o interesse em impôr um plano de contas de onde toda a incerteza tenha sido removida, não acharão que o reconhecimento mereça ser mencionado entre as tarefas nobres da Contabilidade. Segundo estes, é sempre possível resolver por meio de regras qualquer dúvida de reconhecimento. No polo oposto, quem entende que a decisão de classificar uma dada transacção como pertencendo a este ou naquele tipo requer em muitos casos a aplicação de princípios gerais de acordo com um determinado esquema conceptual, naturalmente que dará grande relevância ao reconhecimento. O nível ao qual a Contabilidade é vista será maior, como maior será também a sua aplicabilidade.

O primeiro plano de contas foi inventado pelo regime nazi na Alemanha dos anos 30 como parte de um programa corporatista¹⁶ mas foi depois copiado pela França e outros países do Sul da Europa.

Passados mais de cinquenta anos sobre a primeira tentativa para implementar um plano de contas, ficou sobejamente provado que a Contabili-

¹⁶O corporatismo é o regime económico que nasce do entendimento entre os mais importantes capitalistas de um país e a força política que detem o poder, no sentido de lhes serem concedidas benesses económicas. Em troca, estes capitalistas apoiam e sustentam essa força política. Típico de um estado corporatista é a existência de inúmeras ‘concessões’ de muito longa duração através das quais o Estado dá a grupos económicos a exploração de negócios de pouco risco como bancos, seguradoras, transportes, portagens sobre pontes e auto-estradas, telecomunicações, combustíveis, etc.

dade é inadequada como instrumento de controlo. Entre outros motivos, a preparação da informação contabilística requer a tomada de decisões do tipo **não-estruturável** (não automatizáveis), baseadas apenas em princípios mas não em regras, onde o bom senso, experiência e rectidão do contabilista são os únicos guias seguros. Para além de serem impossíveis de automatizar, tais decisões têm como objectivo a prestação de contas, algo muito diferente da função de controlar desde fora (que também é necessária).

As tentativas para transformar a Contabilidade num instrumento de controlo coercivo levaram à necessidade de uniformizar decisões não-estruturáveis, tornando-as repetitivas. Isso, por sua vez, produz inevitavelmente informação distorcida que deixa de interessar às partes. O único resultado que se obtém tal tentativa é pois a criação de um rito burocrático vazio de significado.

A lição a tirar do fracasso dos planos de contas europeus é que a Contabilidade evidencia o carácter imprescindível da confiança. Nos negócios, nada pode substituir a confiança.

Outras distorções da Contabilidade em Portugal: Independentemente de se tratar de um plano de contas, o POC e a legislação fiscal que o acompanha, redundam em três tipos de distorção da Contabilidade. A primeira e mais evidente é a de acautelar apenas os interesses de uma das partes, o fisco. A segunda é a de subverter os princípios contabilísticos. A terceira é a de impôr um plano de contas que não é baseado em qualquer modelo económico da empresa e que portanto, em vez de facilitar, dificulta o tratamento e comunicação da informação.

O POC e os diplomas específicos que o acompanham têm por finalidade encorpar o montante dos resultados passíveis de imposto. Como acontece sempre que interesses não são acautelados, as partes lesadas acabam por desenvolver formas paralelas de se informarem e todo o processo contabilístico oficial se transforma em mais um rito burocrático vazio de qualquer finalidade. Se, no nosso país, há tanto desconhecimento sobre quais sejam os objectivos da Contabilidade, é porque ela não é importante para nada, excepto talvez para o fisco.¹⁷

Veja-se por exemplo a facilidade com que as sociedades de responsabilidade limitada conseguiram, em Portugal, aliar os privilégios desta decorrentes com a certeza de que os bancos, fornecedores e outras entidades a quem devam dinheiro, não poderão conhecer o estado das suas contas. De

¹⁷Com a introdução dos pagamentos especiais por conta, até o fisco reconhece oficialmente que o POC, uma criação sua, também não lhe serve.

facto, no nosso país, as contas destas empresas são, para efeitos práticos, tão secretas como as de uma *partnership* da *City*. Só que, enquanto que esses *partners* respondem com a sua fortuna pessoal e haveres pelas obrigações da empresa, o mesmo não se dá neste caso.

Desde a década de noventa, um simples regulamento interno de uma direcção-geral,¹⁸ mostrando desconhecimento dos deveres que deveria acarretar a responsabilidade limitada, nega ao público o direito à consulta das contas das empresas. Uma medida como esta, insustentável em países onde a Contabilidade é bem compreendida, não parece ter suscitado entre nós o repúdio que merecia.

Outro exemplo indiciador de como as nossas normas se afastam dos objectivos da Contabilidade é a negação, na prática, dos mais importantes princípios contabilísticos como os da prudência ou da primazia da substância sobre a forma. O princípio da prudência, por exemplo, que na realidade se chama ‘do conservadorismo’, deveria, na dúvida, levar a escolher a valorimetria que menos empola os resultados. O POC e a restante legislação tenta obter o efeito oposto, para satisfazer o fisco, como referido.

Assim, recorrendo apenas a um caso pouco comentado, enquanto as IAS insistem¹⁹ em que nenhum activo deve manter-se sobre-valorizado e recomenda que se efectuem testes para detectar casos de desvalorização, procedendo-se então ao imediato reconhecimento da diferença como sendo um custo desse ano, a legislação em vigor só contempla desvalorizações em casos excepcionais devidamente comprovados, como incêndios ou inundações, devendo o ‘contribuinte’ nesse caso pedir a respectiva autorização à Direcção Geral das Contribuições e Impostos.²⁰

¹⁸O despacho interno da Direcção Geral do Registo e Notariado, de 4 de Abril de 1994, aparentemente ao arripio do articulado na lei (artigos 166 do Código das Sociedades Comerciais e 70 e 73 do Código do Registo Comercial) ordena às Conservatórias do Registo Comercial que impeçam a consulta das contas aí depositadas. É sabido que as sociedades não estão obrigadas a publicar as suas contas no Diário da República ou em outro meio de comunicação, podendo, como alternativa, depositar cópias dessas contas na conservatória. Este despacho, assinado por Seabra Lopes, baseia-se no suposto interesse em impedir as empresas de ‘valor acrescentado’ de constituírem bases de dados com as contas das sociedades. Não se percebe qual o mal que possa advir do facto dessas empresas de valor acrescentado divulgarem as contas das sociedades. Só os maus gestores têm a temer com tal divulgação.

¹⁹Ver IAS 36, *Impairment of Assets*.

²⁰Artigo 10 do Decreto Regulamentar n. 2/90 de 12 de Janeiro. Dir-se-ia que os decretos regulamentares são usados para o trabalho sujo de transformar a Contabilidade num instrumento da mentalidade ‘fazendária’, de modo a que o POC apareça perante a UE e restantes organismos internacionais em aparente consonância com os IAS e com as directivas da UE.

Os complexos dos contabilistas: Uma das principais distorções que a Contabilidade enfrenta tem a sua origem num complexo de inferioridade dos professores de Contabilidade em relação à moderna ciência económica.

Hoje, da mesma forma que há cinquenta anos, a Contabilidade é a fonte de estruturas conceptuais indispensáveis em Economia. Estas estruturas estão continuamente a ser usadas e parece impensável a sua substituição por outras. Apesar disto, quando se pergunta a um economista se a Contabilidade tem alguma coisa a ver com a Economia ou mesmo se é uma ciência, a resposta será um duplo ‘não’.

O interesse dos economistas pelas questões ligadas à Contabilidade parece ter desaparecido por volta dos anos quarenta ou, mais concretamente, desde a altura em que Paul Samuelson publicou *The Foundations of Economic Analysis* (1947), logo seguido de *Economics*. As ciências económicas haviam vivido até essa altura em estreita ligação com a Contabilidade, a qual era usada como metáfora ou mesmo como modelo.²¹

Isso é bem visível desde finais do século XIX. Walras, por exemplo, está repleto de conceitos extraídos da Contabilidade.²² Durante a primeira metade do século XX esta ligação acentuou-se, especialmente devido ao crescimento da Estatística Económica, culminando em Hicks o qual, em 1942, chama ‘Contabilidade Social’ a esse ramo da Economia.

Porém, depois da profunda revolução verificada nas ciências económicas a partir de Samuelson, muitos economistas passaram a sentir vergonha dos métodos usados por eles próprios e seus antecessores até à data em que essa revolução teve lugar. Daí que tendam, em geral, a não reconhecer a Contabilidade. Ignoram aquilo que antes era o básico. A Contabilidade, mais do que qualquer outro método, lembra-lhes os tempos da antiga economia, uma ciência agora demasiado rústica a seus olhos.

Sollow, por exemplo, num *paper* de 1978 sobre *Growth Accounting*, sentiu-se na obrigação de se distanciar, ironizando sobre o método contabilístico, chamando-lhe ‘um mero exercício’. Isto explica a reacção verificada nos meios académicos ligados à Contabilidade a partir dessa mesma altura. Autores influentes como Chambers, Mattessich, Paton e outros,²³ procuraram, desde então, re-aproximar os princípios da Contabilidade dos da nova Economia.

Este esforço, e as premissas que dele saíram, se bem que contribuíram

²¹É comum distinguir entre a **metáfora** que dirige ou dá estrutura ao modo de pensar, e o **modelo** ou forma simplificada de descrever uma realidade.

²²Veja-se o Fluxo Circular ou *Roda da Fortuna* que liga as contas das famílias com as das empresas.

²³Ver Eduards, J. (1994), *Twentieth-Century Accounting Thinkers*, Routledge, London.

para um acréscimo em rigor e definição, também tiveram o efeito prejudicial de questionar conceitos específicos desta ciência, roubando-lhes razão de ser. A visão economicista da Contabilidade acabou por encontrar ressonância fora dos meios académicos, podendo mesmo vir a distorcer os princípios e a prática contabilística, especialmente nos Estados Unidos.

Como exemplo, as tentativas para substituir a valorimetria baseada no custo histórico pela do valor económico, não em casos específicos mas como regra geral, podem ter a sua origem neste complexo de inferioridade dos professores de Contabilidade. Hoje, são poucas as vozes que condenam tal tendência mas ainda se podem encontrar algumas manifestações de perplexidade como esta de Ron Paterson:

If the Accounting Standards Board's various proposals to introduce value accounting are to be brought to fruition, actuaries must be recruited to the financial reporting process because drawing up accounts will no longer be entirely within most accountants' competence. Some of the ASB²⁴ proposals involve the use of probabilistic estimates and complex calculations to discount future cash flows. These calculations are fraught with difficulty, even for those well versed in the techniques. Not only do they deal with an uncertain future but they depend on an incomplete economic theory.

Mais adiante o mesmo autor conclui que

Incorporating an actuarial perspective in financial reporting is not simply a technical improvement but a fundamental change of perspective. By switching the focus to the future rather than the past, the company's results are no longer allowed to be reported as they unfold; instead, guesses about future results are impounded in today's balance sheet, making the accounts more like a valuation model than a report on the outcome of an expired period.²⁵

É interessante imaginar o que irá acontecer quando os activos passarem a ser valorizados pelo valor actual dos meios que porventura libertem num futuro incerto, ou pelo equilíbrio entre *bid* e *ask*. Parece claro que, perante tal eventualidade, irá ser preciso inventar uma disciplina capaz de fornecer

²⁴ *Accounting Standards Board*

²⁵ Ron Paterson é um *partner* na casa Ernst & Young e é também co-autor dos UK GAAP. O trecho citado apareceu na revista *Accountancy International* de Junho de 1998.

aos mercados e a essa nova ciência da contabilização do que está para vir, os custos históricos necessários para prever cash-flows ou para fazer cotações. Em suma, a Contabilidade tem sido até aqui a fonte de informação por excelência sobre o **passado** das entidades produtivas. Como tal, é a base de qualquer previsão do crescimento. No dia em que a Contabilidade se ocupar do futuro deixará de ser útil.

O confronto com a Economia é também útil para lembrar o papel de suporte da actividade contabilística. Como sugere a citação com que abre este texto, a tendência natural do gestor seria considerar a Contabilidade como um peso, um mal necessário, capaz de absorver recursos que poderiam ser dirigidos para a obtenção de outros objectivos. Hoje, porém, devido ao empolamento do papel da informação (vivemos na sociedade da informação, etc.), o gestor é mais facilmente levado a cometer o erro oposto, o de atribuir à actividade contabilística e a outras fontes de informação, mais recursos do que aqueles que seriam necessários, esquecendo que tais actividades não acrescentam valor ao produto e devem portanto ser reduzida ao mínimo indispensável.

Capítulo 2

Referências

2.1 Livros de Texto

Alexander, D. & Nobes, C. (1994). *A European Introduction to Financial Accounting*. Prentice-Hall, London.

Arnold, J., Hope, T., Southworth, A. & Kirkham, L. (1994). *Financial Accounting*. Prentice-Hall, London.

Anthony, R. & Reece, J. (1975). *Management Accounting Principles*. Richard D. Irvin, Inc. Homewood, Ill., Third Edition.

Bernstein, L. (1993). *Financial Statement Analysis: Theory, Application, and Interpretation*. Irwin, Homewood.

Borges, A., Rodrigues, A. & Rodrigues, R. (1997). *Elementos de Contabilidade Geral*, 15th edition. Rei dos Livros, Lisbon.

Bromwich, M. (1992). *Financial Reporting, Information and Capital Markets*. Pitman, London.

Costa, C., & Alves, G. (1997). *Contabilidade Financeira*. Rei dos Livros, Lisbon.

Elliott, B., & Elliott, J. (1996). *Financial Accounting and Reporting*, 2nd edition. Prentice-Hall, London.

Gibson, C. (1989). *Financial Statement Analysis: Using Financial Accounting Information*. PWS-Kent, Boston.

Hawkins, D. (1986). *Corporate Financial Reporting and Analysis*. Irwin,

New York.

Horngren, C., Harrison, W. & Robinson, M. (1996). *Accounting*. Prentice Hall, Englewood Cliffs.

Kieso, D. & Weigandt, J. (1997). *Intermediate Accounting*. 9th edition. Wiley, New York.

Larson, K. & Miller, P. (1993). *Fundamental Accounting Principles*. Irwin, Homewood.

Meigs, R. & Meigs, S. (1995). *Financial Accounting*, 8th edition. McGraw-Hill, New York.

Mathews, M. & Perera, M. (1991). *Accounting Theory and Development*. Chapman & Hall, New York.

Morse, W., Davis, J. & Hartgraves, A. (1984). *Management Accounting*. Addison-Wesley, Reading, MA.

Neves, J. (1994) *Contabilidade I: Métodos e Técnicas*. Texto Editora, Lisboa.

Stickney, C. (1993). *Financial Statement Analysis, a Strategic Perspective*. Dryden, New York.

Weygandt, J., Kieso, D. & Kimmel, P. (1999). *Accounting Principles*. John Wiley & Sons, New York.

White, G., Sondhi, A. & Fried, D. (1994). *The Analysis and Use of Financial Statements*. John Wiley & Sons, New York.

2.2 Livros de Apoio

Ball, R. & Kothari, S. (1994). *Financial Statement Analysis*, McGraw-Hill, New York.

Beaver, W. (1989). *Financial Reporting: an Accounting Revolution*, Prentice-Hall, New York.

Board, J., Pope, P. & Skerratt, L. (1991). *Databases for Accounting Research*. Research Report, The Institute of Chartered Accountants of England and Wales, London.

Dixon, R. & Franks, R. (1992) *IT Management Handbook*. Butterworth-Heinemann, Oxford.

Foster, G. (1986). *Financial Statement Analysis*. Prentice-Hall, Englewood Cliffs, NJ.

Santiago, C. (1995). *O Plano Oficial de Contabilidade Comentado*, 3rd edition. Texto, Lisbon

2.3 Livros de Divulgação

Gordon, G. (1989). *Understanding Financial Statements*. South Western, Cincinnati.

Holmes, G. & Sugden, A. (1994). *Interpreting Company Reports and Accounts*. Prentice-Hall, London.

Holmes, G. & Sugden, A. (1994a). *Beyond the Balance Sheet*. Prentice-Hall, London.

Rice, A. (1993). *Accounts Demystified: How to Understand and Use Company Accounts*, Pitman, London.

Smith, T. (1992). *Accounting for Growth: Stripping the Camouflage from Company Accounts*, Century Business, London.

2.4 Artigos

Black, F. (1980). 'The Magic in Earnings: Economic Earnings versus Accounting Earnings'. *Financial Analysts Journal*, Nov.–Dec., pp. 19–24.

Lee, C. (1985). 'Stochastic Properties of Cross-sectional Financial Data'. *Journal of Accounting Research*, Vol. 23, No. 1, pp. 213–227.

Licht, R. (1999). '2x2 Games of International Securities Regulation'. *The Yale Journal of International Law*, Vol. 24, pp. 61–128.

Macve, R. (1999). 'One Step Forward, Two Steps Back'. *Accountancy International*, Vol. 123, No. 1269, p. 78.

Selling, T. & Stickney, C. (1989). 'The Effects of Business Environment and Strategy on a Firm's Rate of Return on Assets', *Financial Analysts Journal*,

January, pp- 43–52.

Steele, A. (1989). ‘The Analysis of Sales Margins’, *The Investment Analyst*, No. 92, April.

Walter, J. (1957). ‘Determination of Technical Solvency’. *Journal of Business*, Vol. 30, No. 1, pp. 30–43.

Warren, J. & Shelton, J. (1971). ‘A Simultaneous Equation Approach to Financial Planning’. *The Journal of Finance*, Vol. 26, No. 12, pp. 1123–1142.